



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA**

**LEI Nº 926 , DE 06 DE NOVEMBRO DE 2000.**

Dispõe sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil na cessão de espaços e prédios públicos, destinados à realização de eventos artísticos, culturais e esportivos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica obrigada a contratação de seguro de responsabilidade civil nos contratos de cessão, a qualquer título, de espaços e prédios próprios do Estado, destinados à realização de eventos artísticos, culturais e esportivos.

§ 1º - As despesas decorrentes da contratação do seguro correrão às expensas do cessionário.

§ 2º - Nenhum contrato de cessão de espaço para realização de eventos artísticos, culturais e esportivos, poderá ser assinado sem que haja a efetiva contratação da apólice respectiva, mesmo que a cessão seja gratuita.

§ 3º - A apólice deverá, obrigatoriamente, segurar danos materiais e pessoais.

Art. 2º. O não cumprimento dessa cláusula ensejará a interdição do local pelos órgãos competentes.

Art. 3º. Dentro de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação, o Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 06 de novembro de 2000, 112º da República.

**JOSÉ DE ABREU BIANCO**  
Governador

RESOLUÇÃO Nº 123/2000  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSIDERANDO a importância da educação para a formação do cidadão e a necessidade de garantir a qualidade do ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o currículo dos cursos de ensino fundamental e médio;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a avaliação do desempenho dos alunos;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a integração entre a escola e a comunidade;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a acessibilidade das escolas para os alunos com deficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a formação continuada dos professores;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho pedagógico;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a participação dos pais e da comunidade na gestão da escola;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a transparência na gestão da escola;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a avaliação institucional;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a formação continuada dos funcionários;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho de apoio;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a integração entre os setores da escola;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a qualidade do trabalho pedagógico;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a melhoria contínua da qualidade da educação;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho de pesquisa;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a formação continuada dos pesquisadores;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho de extensão;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a integração entre a escola e a comunidade;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a acessibilidade das escolas para os alunos com deficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a formação continuada dos professores;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho pedagógico;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a participação dos pais e da comunidade na gestão da escola;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a transparência na gestão da escola;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a avaliação institucional;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a formação continuada dos funcionários;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho de apoio;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a integração entre os setores da escola;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a qualidade do trabalho pedagógico;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a melhoria contínua da qualidade da educação;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho de pesquisa;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a formação continuada dos pesquisadores;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização do trabalho de extensão;

RESOLUÇÃO Nº 123/2000  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO